

28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2013 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início à vigésima oitava reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiros: seis (6) do poder público e oito (8) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares: Mônica Costa Martins Vaz Ferreira, Dalva Deodato Taveira, Carlos Donizete Moreira Mattos, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Selma Cristina Antoniette Badoco e Josiane Aparecida Antunes Campos; conselheiros suplentes: Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis e José Carlos Gomes; conselheiros na titularidade: Adriana da Silva Bazon Porfírio, Águeda Coelho Marques Soares, Padre Célio Adriano Cintra, Clóves Plácido Barbosa e Aparecida das Dores Oliveira Schimidt Capela. **Com a seguinte pauta:** Assuntos: Discussão e Deliberação - sobre a Proposta de Partilha dos Recursos Municipais – exercício 2014. ; Discussão e Deliberação sobre a Inscrição da Entidade “Associação – Projeto Amor e Vida”. A presidente Tina iniciou a reunião apresentando a pauta que foi aprovada sem alterações. Após, Tina passou ao primeiro assunto referente à Discussão e Deliberação - sobre a Proposta de Partilha dos Recursos Municipais – exercício 2014, passando a palavra para a Secretária de Ação Social, Gislaine. A Secretária explicou que foi realizado um intenso trabalho de toda a equipe do Órgão Gestor no sentido de garantir uma melhoria nos valores dos pisos de proteção; a expansão de vagas, especialmente no serviço para crianças e adolescentes; além da garantia de implantação dos serviços novos que já foram pactuados no Conselho. Disse que houve um esforço para o atendimento das deliberações priorizadas no Plano Municipal de 2013. Dando seguimento a Diretora Administrativa da SEDAS, Sra. Dalva, iniciou a apresentação dos slides com a proposta de partilha de recursos entre as entidades, que ficará anexo a esta ata. Dalva disse que o Órgão Gestor discutiu a proposta de partilha com a Comissão de Orçamento do CMAS, por meio de reuniões, nas quais o Gestor buscou o diálogo e atendimento das reivindicações desta Comissão, resultando num trabalho conjunto a ser apresentado. Disse que no que se refere ao recurso para as entidades, o Legislativo aprovou o Orçamento Municipal para a Secretaria de Ação Social/Fundo Municipal de Assistência Social para transferência às entidades de Assistência Social através de Subvenção/Auxílio e Convênios no valor de R\$11.164.000,00 (onze milhões cento e sessenta e quatro mil reais) sendo R\$ 8.001.000,00 (oito milhões e mil reais) correspondentes a Subvenção e Auxílios, e R\$ 3.163.000,00 (três milhões cento e sessenta e três mil reais) correspondentes a Emendas Parlamentares para celebração de convênios. Lembrou que as emendas não são impositivas, somente propositivas e que nem sempre são autorizadas pelo poder executivo. Destacou que na

39 ocasião da reunião do Conselho com a Câmara Itinerante, o colegiado solicitou aos
40 vereadores que não fizessem emendas indicando as instituições, propondo que estas
41 fossem encaminhadas para o FMAS e definidas pelo Gestor e CMAS. Esclareceu que a
42 Secretária de Ação Social fez uma negociação com a Secretaria de Finanças propondo o
43 remanejamento de recursos dos convênios para subvenção e auxílios no valor de R\$
44 1.667.430,12 (Um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil quatrocentos e trinta reais e
45 doze centavos) que foi autorizada. A Sra. Victalina lembrou que algumas emendas foram
46 indicadas para entidades que não são inscritas no CMAS e questionou se estas serão
47 deliberadas pelo colegiado, no caso de serem autorizadas. Dalva explicou que em todos os
48 processos de emendas de entidades não integrantes da rede, há a manifestação do Órgão
49 Gestor quanto a essa situação, e quando é solicitada a manifestação do Conselho nesses
50 processos, esses são encaminhados para o colegiado. Dando seguimento explicou que com
51 relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e
52 adolescentes de 6 a 14 anos, o Órgão Gestor tinha a intenção de melhorar os pisos
53 considerando que há uma disparidade de valores com relação ao mesmo serviço para os
54 outros ciclos etários. Disse que a proposta inicial seria aumentar o valor para R\$ 140,00,
55 porém, destacou que o município assume quase que na totalidade o cofinanciamento deste
56 serviço, se comparado aos outros dois entes federados, Estado e União. Diante da
57 insuficiência de maiores recursos para a Assistência Social, afirmou que neste momento a
58 proposta é aumentar o piso do serviço para essa faixa etária no valor de R\$ 120,00, gerando
59 um percentual de 84% de reajuste. Fez algumas considerações sobre a reordenamento
60 desse Serviço e sobre a proposta do Governo Federal de repasse de recursos financeiros
61 no caso de atendimento de no mínimo 50% do público prioritário e inserção dos usuários no
62 Cadastro Único do Governo Federal, afirmando que a maioria das entidades não conseguiu
63 atingir esse percentual até o momento. Informou que o Governo Federal ainda não repassou
64 nenhum valor ao Município. A secretária Gislane comentou que em conversa com
65 representantes do Governo Federal obteve a informação de que o repasse não foi feito por
66 problemas no sistema de inclusão dos usuários e que ainda não há previsão desse repasse,
67 mas que a União assumiu esse compromisso de cofinanciamento. Disse ainda que o Órgão
68 Gestor tem a proposta de aumentar o piso desse serviço para R\$ 140,00 quando o Recurso
69 Federal for repassado ao município. Jane esclareceu que há previsão de expansão de 450
70 vagas para a faixa etária de 06 a 14 anos, sendo 200 novas e 250 referem-se às vagas do
71 Programa Sementes do Amanhã, que será extinto no próximo ano. Em seguida, Dalva disse
72 que com relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes
73 de 15 a 17 anos e para Idosos será aplicado o percentual da inflação, ficando o piso de
74 R\$158,10 e ampliação de 100 vagas de idosos para a região Oeste. Com relação aos
75 serviços desenvolvidos pelas Entidades, o conselheiro Cloves apresentou a questão da
76 contratação de prestadores de serviços, por meio de RPAs, disse que esse tipo de

77 contratação deve ser temporária e não é o que ocorre, ressaltou que essa situação pode
78 incorrer em problemas com o Tribunal de Contas e Ministério do Trabalho, tanto para as
79 Entidades quanto para a Prefeitura, que é subsidiária da Entidade. Disse que a Prefeitura já
80 alertou as entidades sobre essa questão, porém estas justificam essa situação afirmando
81 que o recurso financeiro é insuficiente. Dalva disse que o Órgão Gestor e Secretaria de
82 Finanças irão realizar orientações às entidades sobre essa situação. Com relação ao
83 Serviço de Proteção Básica e Especial para Pessoas com Deficiências no Domicílio,
84 também foi aplicada a inflação ficando um piso de R\$ 563,00, sem ampliação de vagas. No
85 que se refere ao Serviço para Pessoas com Deficiência em unidades referenciadas, Dalva
86 apontou que o reajuste foi de 30% considerando que no ano anterior ficou defasado em
87 relação aos outros serviços, assim o piso para 2014 será de R\$ 140,00. Tina destacou que
88 no ano de 2013 o piso do Serviço de Acolhimento para Idosos teve um aumento de 70% e o
89 Serviço para Pessoas com Deficiências no Domicílio teve um reajuste de 204%, por esse
90 motivo foi proposto a melhoria do recurso para o Serviço para pessoas com deficiências
91 para o próximo ano. Manifestou que na sua compreensão esse percentual ainda é bastante
92 inferior comparado aos reajustes que os outros dois serviços tiveram no ano de 2013.
93 Prosseguindo, Dalva disse que com relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para
94 Idosos, a proposta é de reajuste de 8,48% para o Grau I, com o piso de R\$ 662,32; para o
95 Grau II ficou o piso de R\$ 806,37, com reajuste de 12% e para o Grau III, reajuste de 8,48%
96 com o valor de R\$ 914,01, porém solicitou que ficasse registrado que para o próximo ano
97 não haverá essa diferenciação de reajuste por Grau de complexidade. Cidinha ressaltou que
98 neste serviço não houve ampliação de metas, com exceção daquelas vagas que a
99 Fundação Judas assumiu, provenientes da casa de idosos particular que foi interditada
100 recentemente. Dalva esclareceu que com relação a Casa São Camilo foi acordado que a
101 instituição atenderá 30 idosos em regime de acolhimento institucional, porém com um
102 repasse de recursos proporcional a 22 dias por mês, pois os idosos permanecem na
103 entidade somente de segunda a sexta. Dando continuidade, Dalva informou que será
104 implantado o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas em Centro Dia, com
105 o piso de R\$ 500,00, sendo 50 vagas a ser executada na região oeste e 20 vagas pela Casa
106 São Camilo de Lellis. Com relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para crianças,
107 executado pelo Berçário Dona Nina, Dalva pontuou que este não é um serviço da Política de
108 Assistência Social, e que apesar de sua relevância, o serviço tem características da área
109 saúde. Disse que a proposta é transferir essa instituição para a rede de apoio, que não é
110 através do Fundo Municipal, e assim a mesma deixa de compor a rede socioassistencial. O
111 piso será mantido com os valores deste ano de 2013, sem reajuste, considerando que o
112 atendimento não é integral, pois algumas crianças ficam de segunda a sexta e outras vão
113 pra casa todo dia. Os recursos que recebem atualmente do Estado e da União seriam
114 transferidos para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, porém reforçou que a

entidade não terá prejuízo no recebimento dos valores com relação ao ano de 2013. Tina disse que entende que o serviço desenvolvido pelo Berçário é da Assistência Social para crianças em situação de risco e vulnerabilidade social. Enfatizou que é um Serviço de Acolhimento Institucional para crianças. Pontuou que se a criança está em risco social e a família não está dando conta de exercer a sua função protetiva, considera ser um Serviço da Assistência Social não tipificado, de prevenção ao abrigo. Propôs que sejam encaminhadas novas consultas ao MDS e CNAS antes dessa definição de retirar a entidade da rede socioassistencial. Cidinha apontou que as entidades que estão na rede de apoio que tiverem interesse em desenvolver serviços socioassistenciais, poderão retornar para a rede socioassistencial a qualquer tempo. Apontou que entende que a essência desta instituição é da área da saúde. Tina manifestou que em sua opinião o reordenamento é necessário com todas as entidades, e que a rede de apoio também não é a melhor maneira de lidar com essa questão. Gislaine disse que essa situação, relacionada a rede de apoio, a incomoda muito e pontuou que deve ser estabelecido um prazo para essa adequação. Dalva enfatizou que o plano de trabalho da entidade apresenta ações de saúde, equipe de profissionais de saúde e que a finalidade primeira é de saúde. Tina disse que o plano de trabalho das entidades de acolhimento também tem uma equipe de trabalho da área da saúde. Gislaine falou que até mesmo o Governo do Estado, por meio da DRADS, tem questionado sobre o repasse de recurso ser direcionado para entidades que não atentem a proposta da Política de Assistência Social. Cida falou sobre o engessamento provocado pelos enquadramentos nas legislações. A conselheira Jane pontuou que a Tipificação foi construída ao longo dos anos, nas conferências e debates e a Proteção Social tem que vir pela Saúde, Previdência e pela Assistência Social. A conselheira Cida disse que, portanto as três Secretarias devem caminhar juntas sem perderem o foco que é a proteção social do usuário. Tina propôs a continuidade da apresentação e ao final será deliberada essa questão e o orçamento como um todo. Dando seguimento Dalva apresentou a proposta de transferir para execução indireta, dois serviços que atualmente são executados pelo gestor, sendo o Serviço Especializado de Atendimento à Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de LA e PSC - com piso de R\$ 321,43 e meta de 70 vagas; e o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – Abrigo Institucional com piso de R\$ 55,21, com meta de atendimento de 1800 pessoas por mês. Passou, então, a apresentação dos dois serviços a serem implantados: o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva, com piso de R\$ 3.700,00 acrescentando o valor de R\$30.000,00 para aquisição de equipamentos, com meta de 10 vagas e o Serviço de Acolhimento Institucional Residencial - Casa de Passagem para Mulheres Vítimas de Violência, com piso de R\$ 4.200,00 para atendimento a 5 mulheres e seus filhos. Tina enfatizou sobre a importância de instalação desses serviços novos. Finalizando Dalva apresentou a síntese da proposta de partilha dos recursos para 2014 com

orçamento total de subvenções/auxílios e convênios. Em seguida Tina propôs que a votação fosse realizada em dois momentos, primeiramente foi votada a permanência ou não do serviço do Berçário Dona Nina na rede socioassistencial e a destinação dos recursos da União no valor de R\$ 19.800,00 e do Estado no valor de R\$ 41.400,00, que recebem atualmente, para o Programa Família Acolhedora. Ficando decidido por 6 votos a 5 que o serviço do Berçário irá para a rede de apoio e o recurso da União e do Estado irá para o Programa Família Acolhedora. Em seguida passou-se a votação sobre a partilha de recursos para 2014, da forma como foi apresentada, sendo aprovada por unanimidade. Passando ao próximo assunto da pauta sobre a deliberação da entidade Associação – Projeto Amor e Vida, Tina esclareceu que as conselheiras que acompanharam à entidade não puderam estar presentes por motivos pessoais e esclareceu que foram feitas discussões sobre essa inscrição com toda a comissão. Disse que no início do ano foi solicitado pelo Executivo Municipal um parecer do Conselho com relação à cessão de área para a referida entidade e o CMAS encaminhou um parecer informando que o *“conselho não se opõe a cessão da área, porém a referida cessão é prerrogativa do executivo Municipal”*. Esclareceu que nesse momento a entidade solicitou a inscrição e apresentou um Plano de Ação no qual se propõe a executar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em 2014. Tina enfatizou que a inscrição no CMAS não pressupõe o cofinanciamento de recursos. Após a leitura do parecer, passaram-se às discussões. A conselheira Jane explicou que atualmente a parceria que o município tem com a entidade é de cessão de espaço para a execução do Projeto Sementes do Amanhã e enfatizou que o município não pretende executar o serviço diretamente no próximo ano, e reafirmou que de acordo com o mapeamento do CRAS, aquela região não é o local de maior demanda de público prioritário da Assistência Social, disse ainda que o espaço físico não é adequado, pois tem sido apresentado problemas de limpeza no terreno. Dalva complementou que a entidade não executa o serviço de convivência, ela cede as instalações para o órgão gestor executar uma ação e apontou que o serviço que está sendo executado, Sementes do Amanhã, também está sendo reordenado, assim a entidade deverá ser esclarecida que havendo o interesse da mesma em executar o serviço, é necessário que ela apresente uma proposta nova sendo coerente com o que está na tipificação e orientações técnicas. Foram apontadas algumas dúvidas com relação à equipe de trabalho específica da entidade. Segundo Jane, há necessidade de ajuste na faixa etária, que deve ser para 6 à 14 anos. Tina sugeriu que, caso seja deliberado pela inscrição, deverá ser encaminhado um ofício do conselho com todas essas questões apontadas, além da informação de que a inscrição não pressupõe cofinanciamento do serviço, porém a entidade pode executá-lo, independente do cofinanciamento. Dalva disse que para inscrever no CMAS, a entidade deve executá-lo e não apenas fazer a previsão de execução. A Secretaria Executiva Maria Amélia esclareceu que a Resolução CNAS 16/2010, em seu artigo 4º, cita que a inscrição no conselho é

191 condição para a execução de serviços de assistência social, pois ela autoriza o
192 funcionamento e fez a leitura do referido artigo. Tina e Cloves também concordam que a
193 inscrição deve ser feita antes do funcionamento do serviço. Foi enfatizado que após a
194 inscrição, o acompanhamento deve ser sistemático para avaliar como o serviço está sendo
195 desenvolvido. Monica disse que a inscrição no Conselho é muito importante para a
196 Entidade, considerando que ela tem interesse em desenvolver esse Serviço da Assistência
197 Social. Jane disse que o Órgão Gestor está buscando parceiros para o desenvolvimento do
198 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, porém deve ficar claro para a
199 entidade que o local e a faixa etária devem ser apontados pelo órgão gestor. Tina pontuou
200 que a entidade pode desenvolver seus serviços sem cofinanciamento público, no seu
201 próprio espaço. Jane concordou, porém disse que mesmo assim, eles precisam de apoio e
202 orientações para esse desenvolvimento. Dalva disse que as orientações para a entidade
203 devem ser bastantes claras sobre todas as questões relacionadas ao serviço a ser
204 desenvolvido, a equipe de referência a ser contratada e afirmou não estar segura para
205 deliberar por não haver subsídios suficientes para essa análise. Jane concordou com Dalva
206 e disse que a equipe de referência apontada no Plano, não é a equipe proposta na
207 NOB/SUAS para o serviço. Após as discussões, foi proposto que seja enviado um ofício
208 solicitando uma revisão no Plano de Trabalho com esclarecimentos sobre a equipe de
209 trabalho, a necessidade de apresentar o serviço com maior clareza, com quais recursos
210 financeiros irão executar, além de esclarecimentos sobre o local não ser aquele apontado
211 pelo CRAS como prioritário. Deve ser enfatizado, ainda, que a inscrição não pressupõe
212 cofinanciamento do poder público. Após manifestação da entidade, a deliberação sobre a
213 inscrição será colocada novamente para análise do colegiado. Essa proposta foi aprovada
214 por todos. Dalva disse que as entidades serão chamadas para uma reunião na qual o órgão
215 gestor irá prestar orientações técnicas acerca dos Planos de Trabalho/2014 e informará
216 sobre os serviços socioassistenciais que serão implantados e/ou expandidos no próximo
217 ano e cada entidade deverá atender um padrão mínimo para uma análise mais qualificada.
218 Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e ata lavrada pela Secretária Executiva
219 do CMAS.